

 **Universidade de Brasília**
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Luciana dos Santos Pacheco

Por uma indissolubilidade outra

Artigo científico realizado sob orientação do Prof. Dr.
Piero como requisito parcial para a graduação em
Letras-Portugues.

Brasília/2011

Por uma indissolubilidade outra

Aplicabilidade, respostas, finalidade, conceitos, utilidade, função, justificativa. Alcançar tais aspectos parece ser o norte da análise crítica que estimula uma leitura a partir de uma relação de vinculação entre o ato literário e o que está fora e para além de sua linguagem, construindo e alimentando uma certa satisfação ao viés utilitário do mundo.

O fato de o próprio fazer literário se questionar não está em discussão. O ponto é outro: propor que sua postura auto-indagativa não se dê em face de nada que escape à obra, de nada que seja exterior à linguagem sem que disso resulte um hermetismo, ou um purismo que se quer distante do mundo real. Ao contrário, como propõe Blanchot, o texto escrito é uma considerável atuação no mundo: “O livro, coisa escrita, entra no mundo, onde cumpre sua obra de transformação e negação” (Blanchot, 1997, p.298)

Debruçado sobre sua linguagem, em seu particular movimento infinito e aporético, é que se confronta sem visar respostas, tampouco conceitos e justificativas imutáveis. Quer-se perene, possibilitando uma experiência estética diferenciada e única ao leitor igualmente único, portanto merecedor de uma leitura desassociada de uma posição prévia à leitura que a justifique, posta por um discurso crítico que minore ou esgote o livre exercício de uma experiência estética.

Desconsiderar o quão desnecessária e prejudicial é essa justificativa anterior à própria criação, é olvidar a inerente entrega da literatura à sua peculiar nulidade para que, liberta justamente dessa relação de satisfação com o que está para além dela, possa se inventar e reinventar à exaustão, explorando ao máximo seu potencial criativo:

Podemos condenar como uma presunção esse cuidado que a literatura tem consigo mesma. Esse cuidado fala inutilmente à literatura, do seu nada, da sua pouca seriedade, de sua má-fé; esse é justamente o abuso que lhe censuram. Ela se dá como importante, tomando-se por objeto de dúvida. Confirma-se, depreciando-se (BLANCHOT, 1997, p. 290).

Da censura trazida por Blanchot, nasce uma postura de mediação, uma mera ponte para acessar o que pretende ser comprovado por meio do ato literário e não nele em si, deslocando-o de seu eixo primeiro, inviabilizando, por isso mesmo, uma necessária

associação: “O que é literatura’ está (...) associada ao exercício da literatura não como se fosse colocada a posteriori por alguém que se interrogasse sobre um objeto estranho e exterior, mas como se tivesse seu lugar de origem na própria literatura” (FOUCAULT, 2001, 139)

Entender que o auto-questionamento literário é simultâneo ao próprio ato da escrita e se dá mediante o questionamento da própria linguagem durante o ato - enfrentando seus limites, seus artifícios, seus recursos de falseamento e simulacro - permite a leitura não se defrontar com a constante auto-indagação como se fosse direcionada a algo alheio, exterior, como propôs Foucault. Munido desse entendimento, a leitura não reduzirá o feito literário a um trabalho com a linguagem pura e simplesmente, em uma relação direta, ou de mera subversão.

Há uma intrínseca e complexa conexão entre a linguagem e a obra que deságua não em uma definição, tampouco em um conceito, mas em um movimento contínuo e intangível que é ato literário. Esse movimento limítrofe – que em Blanchot segue negando-se constantemente – é analogamente desenhado em um triângulo criado por Foucault, a partir da distinção das partes que o constituem:

Por isso gostaria de distinguir claramente três coisas: primeiro a linguagem. Como vocês sabem, a linguagem é o murmúrio de tudo que é pronunciado e, ao mesmo tempo, o sistema transparente, que faz com que, quando falamos, sejamos compreendidos; em suma a linguagem é tanto o fato das palavras acumuladas na história, quanto o próprio sistema da língua. Segundo, a obra: há essa coisa estranha, no interior da linguagem, essa configuração da linguagem que se detém em si própria, se imobiliza e constrói um espaço que lhe é próprio, retendo nesse espaço o fluxo do murmúrio que dá espessura à transparência dos signos e das palavras. Erige-se, desse modo, o volume opaco, provavelmente enigmático que constitui a obra. Terceiro, a literatura, que não é exatamente nem a obra, nem a linguagem. É, de certo modo, um terceiro termo, o vértice de um triângulo por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem (FOUCAULT, 2001, p. 140).

Manusear o primeiro traço do triângulo de Foucault e “escrever a partir de um certo estado de linguagem” (Blanchot, 1997,p.291) também não é fruto de um trabalho direto e simplório em Blanchot, pois o escritor, “para escrever, deve destruir a linguagem tal como ela é e realizá-la sob uma outra forma (Blanchot, 1997, p.291).

Essa forma outra, que tem como condição de exteriorização vir do vazio pleno, é o resultado, sempre instável e desprezível, de um emaranhando de comandos, aos quais deve o escritor, simultaneamente, seguir e negar:

A literatura é feita de momentos diferentes, que se distinguem e se opõem... O escritor não é apenas um desses momentos, à exclusão dos outros, nem mesmo seu conjunto colocado em sua sucessão indiferente, mas movimento que os agrupa e os unifica... A dificuldade reside no fato de o escritor não ser a apenas vários num só, cada momento dele mesmo nega todos os outros, exige tudo pra si e não suporta conciliação nem compromisso. O escritor deve ao mesmo tempo responder a várias ordens absolutas e absolutamente diferentes... Que lei seguir? Que voz ouvir? (BLANCHOT, 1997, p. 303-4).

Assim, lançar-se à insegura questão “o que é literatura” procurando contemplá-la, para além dela mesma, em algo que acredita-se externo a ela mas, ainda assim, por ela representado - como se a linguagem conseguisse, de fato, sair de sua zona limítrofe e tocar o objeto - é desconsiderar o movimento peculiar da linguagem frente aos diferenciados momentos não harmonizados trazidos por Blanchot que compõem a escritura. É acreditar ainda em um processo mimético que produz o duplo da coisa. Ou, ainda pior, é ainda acreditar que o processo mimético trás em si uma verdade a ser desvelada.

Essa postura, ao priorizar o que acreditou ser representando, deixa a literatura em si em um lugar secundário, meramente explicativo. Essa quista explicação é o subsídio utilizado para refutar uma possibilidade de leitura posta em questão à medida que outra é enaltecida, por acreditar ser a mais pertinente. Cabe sempre ressaltar que a troca de leituras não contempla, no mais das vezes, a escritura em si, enquanto processo, mas o que erroneamente acredita ser atingido, ou mimetizado, por ela.

Ao não fomentar esse lugar secundário dado à literatura, não interessa colocá-la em lugar grandioso, idealizado, tão pouco aproximá-la de uma situação em que ”a literatura volta a ser, com efeito, algo importante, essencial, mais importante do que a filosofia, a religião e a vida do mundo que ela abarca” (Blanchot, 1997, p.304).

Colocá-la em primeiro plano considerando a atuação específica da linguagem é permitir que encare sua própria nulidade e possibilitar que: “Surpresa com esse domínio, retorna a esse poder e lhe pergunta o que ela é penetrada também por um elemento corrosivo volátil, ela só pode desprezar uma Coisa tão vã, tão vaga e também tão impura, e nesse desprezo e nessa vaidade se consumir” (Blanchot, 1997, p.307).

Uma leitura, então, consciente de que a própria literatura, em seu contínuo questionamento, alimenta seu próprio desprezo, admite seu fracasso, sabe ser vã, refuta os ares enaltecidos não encontrará muitas resistências ao se debruçar sobre o próprio ato em si, sem procurar justificá-lo além de seu próprio campo.

Essa justificativa, que escapa ao texto não sendo por ele exigida, mesmo que se pretenda pertinente parece vir, ao contrário do ato em si, super estimada, super valorizada, plena e certa de seu extremo valor para a condução da leitura. Cabe indagar se essa condução, por assim se estabelecer, não deveria igualmente se surpreender com esse domínio e também se consumir nessa em sua vaidade, como propôs Blanchot ao trazer uma escritura que não ignora sua nulidade.

Mergulhar no ato literário não em caráter explicativo à serviço do que lhe extrínseco é antes de tudo reconhecer o seu lugar de desprezo por ser nada e nascer de um vazio. Esse desprezo, no entanto, não nasce de um estado pejorativo, puro e simplesmente:

A literatura não é o nada. Os que a desprezam erram quando pensam condená-la considerando-a como o nada. “Tudo isso é apenas literatura”. Assim, opõem a ação, que é a intervenção concreta no mundo, e a palavra escrita, que seria a manifestação passiva na superfície do mundo e aqueles que estão do lado da ação rejeitam a literatura que não age, e aqueles que buscam a paixão se fazem escritores para não agir. Mas isso é condenar e amar por abuso. Se vemos no trabalho a força da história, a que transforma o homem transformando o mundo, devemos reconhecer na atividade do escritor a forma por excelência do trabalho (BLANCHOT, 1997, p. 302).

A nulidade, neste caso um pré-requisito, dialoga com um estado inerente e necessário à vazão do latente ato criativo. Ao recolher-se ao seu estado nulo, a literatura, então livre, pode despir-se de toda a seriedade que lhe cobram, de toda falaciosa satisfação aos olhares ávidos por respostas e finalidades, e neste estado, abusando de sua má fé, de seu simulacro, “brincar de esconde-esconde” (Blanchot, 1997, p. 302) e partir do nada ao tudo a partir da liberação

de uma força trabalhando no segredo das obras e recusando-se a vir à luz do dia... a literatura não é apenas ilegítima, mas também nula, e essa nulidade constitui talvez uma força extraordinária, maravilhosa, a condição de ser isolada em estado puro. Fazer com que a literatura se torne liberação desse dentro vazio, que inteira se abra à sua parte de nada, que realize sua própria irrealdade... assim que a literatura

coincide por um instante com nada imediatamente ela é tudo (BLANCHOT, 1997, p.304)

Sem trazer consigo a pretensão de assumir o pleno e a dimensão totalizadora, ciente de sua inabilidade para indicar um caminho que culmine em um sentido maior, despida de razão para ser e ainda assim sendo, em um ato continuado *ad infinitum*, ela segue até se exaurir e, vendo suas forças minadas, se dilui, se dispersa até um aniquilar-se, um entregar-se completo a sua inutilidade.

Esse estado de esvaziamento não pode apenas adornar, rondar, estar em torno do ato literário. Perturba-o, ladeando a escritura sem se esquivar do confronto. Antes, aviva o enfrentamento até que a literatura se entregue e rendida e encare o seu vazio. O seu nada. E sem sair pela tangente, caso se queria ainda plena, resta paralisada ante a sua insignificância.

Nesse estado de nulidade é possível um ato literário verdadeiramente surpreendente, pois só assim, esvaziado, está liberto de toda e qualquer expectativa que o justifique, que difunda sua aceitação. Que convença-o de sua importância. Que forje a literatura um status de algo imprescindível. Ciente, sem peso, desse engodo por assumir seu vazio é ela agora que lida –cambaleante – com o falseamento.

Um lidar que entorpece e toma de assalto o desavisado que atravessa seu caminho. Nesse trabalho, que atende primeiro a si desprezando os olhares externos, é que a literatura traça sua trajetória aporética sendo nada, torna-se tudo.

Levando essa nulidade ao extremo a favor de um ato criativo verdadeiramente livre, é preciso dar condições à literatura para se situar de fato entre a liberdade ou o nada. É preciso então, à semelhança dos grandes atos revolucionários, dar à literatura o direito à morte:

Por quê? A morte não é a realização da liberdade, isto é, o momento da mais rica significação? Mas é também apenas o ponto vazio dessa liberdade, a manifestação do fato de que essa liberdade é ainda abstrata, ideal (literária) indigência e platitude. ... Estar morto é o lado positivo da liberdade feita mundo: nele o ser se revela como absoluto. Ao contrário, morrer é pura insignificância, fato sem realidade concreta e que perdeu todo o valor do drama pessoal e interior, pois não existe mais interior. É o momento mais em que eu morro, significa para mim que morro, uma banalidade que não tem importância: no mundo livre e nesse momento em que a liberdade é a aparição absoluta, morrer não tem importância e a morte não tem profundidade. Isto, o Terror e a Revolução – não a guerra – nos ensinaram (BLANCHOT, 1997, p. 309).

O que se renuncia aqui – encarando, para isso, frente a frente a morte ao situar a literatura trêmula no limiar entre o Ser ou o lançar-se no abismo – é uma existência indissociada de “todo o valor do drama pessoal e interior, pois não existe mais interior” (Blanchot, 1997, p.309).

Essa ruptura, problemática para o pensamento da diferença, parece estar relacionada ao fato de as propostas de leitura, sobretudo as institucionalizadas, estarem em meio à guerra sinalizada por Siscar, ao contrário de atuar na revolução trazida por Blanchot:

Entre seu direito absoluto de liberdade e de criatividade e o seu dever de oferecer respostas aos contemporâneos a fim de fundamentar esse mesmo direito. Sobre a teoria literária, muito se falou de uma recente “balcanização” de uma verdadeira guerra de trincheiras opondo, a propósito do “cânone”, uma preocupação (ética) com a valorização de obras e discursos marginais e uma preocupação com a preservação de razões e de valores (estéticos) elaborados ao longo dos séculos. Evidentemente, a guerra diz respeito à especificidade da ideia que se tem da literatura e, mais amplamente, à função dos próprios instrumentais dos estudos literários como competência privilegiada na elaboração do saber sobre o texto. Será suficiente lembrarmos o alcance e a gravidade das tensões entre a reivindicação da experiência estética e o apelo à justiça social que também aí se fazem presentes (SISCAR, 2008, p. 6).

Para não incorrer em uma postura puramente castradora que dialoga com um conceito dogmático do que é literatura é preciso compreender a dinâmica da escritura, não a condicionando, sobretudo no momento prévio à sua composição, a um diálogo com o que está fora e para além de sua linguagem – quer seja uma ideologia, quer seja um quadro social, quer seja um posicionamento político, quer seja o que se entende por realidade.

Entendendo que ao pôr os “próprios instrumentais dos estudos literários como competência privilegiada na elaboração do saber sobre o texto” (Siscar, 2006, p. 06) à serviço do que está para além deles mesmos inviabiliza-se a necessária liberdade à criação, impedindo o seu mover rumo ao nada para que então, por si mesma, fomente uma leitura rica, plural e verdadeiramente interessante.

Afinal, um texto literário não é composto na dinâmica contrária do fora para o dentro, muito embora o entendimento por parte de algumas correntes do polêmico conceito de *mimesis* tenha posto a construção do texto literário em função do que está fora dele: ora numa relação direta como, por exemplo, concebem os estudos culturais; ora em uma complexa

relação de imbricação dialeticamente constituída entre literatura e movimento histórico, como concebe a corrente sócio-histórica.

Essa concepção mimética parece ser, algumas vezes, motivada por um ímpeto de propiciar uma associação entre o discurso literário e o compromisso moral ou político, sendo, para isso, construída a partir de um diálogo aberto entre o texto com o mundo externo a ele em detrimento do que se dá em seus meandros. Porém, para não cair nessa postura falaciosa, é preciso ter em mente que:

O escritor é seu primeiro enganado, se engana no exato momento que engana os outros. Ouçamo-lo ainda: afirma agora que sua função é escrever para os outros, que, escrevendo, só tem em vista o interesse do leitor. Afirma-o e acredita-o. Mas não é nada disso. Pois, se não estivesse primeiro atento ao que faz, se não se interessasse pela literatura como sua própria operação, não poderia nem escrever; não seria ele a escrever, mas ninguém. Por isso, apesar de tomar como garantia a seriedade de um ideal, apesar de atribuir valores estáveis, essa seriedade não é sua seriedade e ele não pode nunca se fixar definitivamente onde pensa estar. Por exemplo: ele escreve romances, esses romances implicam certas afirmações políticas, de maneira que lhe parece tomar o partido dessa causa. Os outros, os que tomam diretamente o partido dessa causa, são tentados a reconhecer nele um dos seus, a ver em sua obra a prova de que a causa é realmente sua causa, mas assim que a reivindicam, assim que querem se meter nessa atividade e se apropriar dela, percebem que o escritor não toma partido de nada, que a partida é jogada com ele mesmo, que o que o interessa na causa é sua própria operação e ei-los justificados. Compreendemos a desconfiança dos homens engajados num partido, tendo tomado partido, em relação aos escritores que compartilham suas opiniões; e a literatura, por seu movimento, nega, no final das contas, a substância do que representa. Essa é sua lei e sua verdade. **Se renunciar a isso para se ligar definitivamente a uma verdade exterior cessa de ser literatura** e o escritor que ainda pretende sê-lo entra em outro aspecto de má fé (Blanchot, 1997, p. 299 grifo nosso).

Ao conceber a constante busca pela aplicação – no mais das vezes, uma aplicação de cunho social – do discurso como fruto do constante questionamento em torno do papel político e social dos discursos, Siscar se posiciona da seguinte forma:

Diversamente do que poderia sugerir uma análise apressada das relações entre o espírito da época (supostamente próximo do “fim da história”) e seus influxos intelectuais, uma escuta atenta de nosso tempo revela que a produção de conhecimento dos últimos anos tem se caracterizado por um constante

questionamento em torno do papel político e social do discurso, em torno de suas *implicações* ou de suas *aplicações*. Seria possível mostrar que a prática teórica continua (talvez como sintoma de uma repressão) sendo insistentemente ligada à questão da responsabilidade social, cultural e política. Pós-moderno, desconstrução, neopragmatismo, neomarxismo, teorias da comunicação, da recepção, do “moderno”, estudos culturais, entre outros, têm fundado frequentemente seus projetos, seja explicitamente sobre a articulação entre experiência discursiva e comprometimento social, seja ainda sobre o privilégio ou a defesa estratégica de uma destas instâncias em relação à outra (SISCAR, 2006, p. 2).

O método de análise que não se atém ao que confere a própria vitalidade da obra em seu plano compositivo no afã de proporcionar a articulação mencionada por Siscar entre discurso e comprometimento social acaba por inserir a literatura no seio da repressão trazida pelo autor e parece não se dar conta de que comprometimento social, a nível prático, como o que é exigido dos discursos na contemporaneidade, não se realiza senão na esfera política, especificamente na política pública, como instância capaz de efetivar práticas. Território que a literatura parece não ocupar.

Obviamente não se questiona aqui a relevância do comprometimento social, é justamente por acreditar na importância deste de modo efetivo que é preciso desassociá-lo da literatura, ruptura que tem encontrado fortes resistências, pela incompreensão do que propõe Blanchot:

A obra criada pelo solitário e fechada na solidão traz em si uma visão que interessa a todos, traz um julgamento implícito sobre as outras obras, sobre os problemas da época, faz-se cúmplice do que negligencia, inimiga do que abandona e sua indiferença se mistura hipocritamente à paixão de todos (BLANCHOT, 1997, p.304).

A inserção da literatura no âmbito desse sintoma repressivo sinalizado por Siscar também dialoga com a incessante tentativa de enquadrá-la em um conceito estável, um paradigma aplicável a cada leitura. Enfrentar a indagação chave dos estudos literários – o que é literatura – se distanciando da peculiar instabilidade contínua da própria escritura é ir, erroneamente, de encontro ao que propõe Foucault: “Formular a questão o que é “literatura” seria o mesmo que o ato de escrever” (Foucault, 2001, 140)

Enfrentar a questão de modo dogmático saindo do próprio texto, dentre outros aspectos, é o que faz com que não apenas Blanchot, mas o pensamento da diferença, se

posicione de tal forma: “Constatamos com surpresa que a pergunta ‘O que é literatura?’ só recebeu respostas insignificantes” (BLANCHOT, 1997, p.307)

Obviamente não se questiona aqui a pertinência da indagação chave dos estudos literários, tampouco a existência de uma pluralidade de vozes divergentes que procuram contemplá-la. O ponto de incômodo é não conceber essa questão como uma abertura inesgotável, que até pode culminar em um resultado desde que “a experiência não pode separar a operação dos seus resultados, e os resultados nunca são estáveis nem definitivos, mas infinitamente variados e engrenados sobre um futuro papável”, sendo assim, o próprio texto literário se define em cada experiência sendo uma “fonte infinita de novas realidades a partir de que a existência será o que não era” (BLANCHOT, 1997, p. 308).

A partir do momento em que concedendo liberdade à literatura, não colocá-la em uma relação de vinculação ao que lhe é estranho à serviço de uma interpretação da realidade, ainda que por meio de uma complexa relação indissolúvel entre texto e sociedade, teremos então infinitas e novas realidades que se dão por uma indissolubilidade outra.

Outra que será doravante apresentada. Até aqui esboçou-se, pois, somente algumas considerações iniciais, eximidas de profundidade, sendo postas, então, apenas para demarcar um ponto inicial.

É momento, assim, de se aproximar às pretensões deste texto que é traçar um diálogo entre a leitura de um texto literário proposta por Antonio Candido e Jacques Derrida, revisitando a proposta de leitura daquele, ao mesmo tempo, em que se apresenta a deste.

É de suma importância pontuar que, ao ter a desconstrução como embasamento para o diálogo, os operadores derridianos não estarão aqui à serviço tão somente de uma simplória demolição, de uma implosão das ideias, conceitos e princípios norteadores de Antonio Candido. Se assim fosse, restaria aqui para uma quista, porém, frustrada nova leitura, tão somente o mesmo objeto que se quebrou. Estraçalhado e, por isso mesmo, inutilizado.

Não se trata, assim, de empregar a desconstrução para evidenciar o outro lado do jogo, numa negação polvorosa, pois este caminho culminaria num pólo negativo, dando corpo a um binarismo refutado fortemente por Derrida.

A dialética negativa não alcança o motivador da discussão. O outro lado do jogo fica aqui desfocado, dando lugar, a partir do movimento do suplemento, a um outro jogo: o da pluralidade, como será visto adiante, que só se realiza quando a leitura e a escritura assumem a condição de liberdade proposta por Blanchot, como aqui já colocado.

Antonio Candido, no primeiro capítulo de sua obra *Literatura e Sociedade*, revisita brevemente a história da crítica sinalizando os extremos em que as obras foram situadas em

análises literárias, apontando, com isso, uma polarização quanto ao privilégio ora sobre os elementos tão somente formais, inerentes à própria construção literária; ora sobre o vínculo entre a obra e o ambiente externo, prevalecendo neste lado do pêndulo a contemplação de aspectos extrínsecos ao texto, sobretudo o aspecto social. Quanto à referida dicotomia, assim se posiciona, concebendo que atualmente a crítica sócio-histórica tenha alcançado um certo equilíbrio oriundo de uma indissolubilidade entre tais posturas aparentemente díspares, mas complementares para o autor:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo **interpretativo**. Sabemos, ainda, que o externo(no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um **certo papel** na constituição da estrutura, tornando-se portanto interno. (CANDIDO, 2008 p.14 grifo nosso)

Uma vez que, segundo o próprio Antonio Candido: “Quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma “estrutura peculiar”(Candido, 2008 p.15), cabe analisar de que maneira algo considerado pelo próprio autor como externo – o aspecto social – pode se tornar interno ao desempenhar um “certo papel” a partir de uma relação de imbricação “entre texto e contexto dialeticamente constituída”, como assim concebe o autor.

Mais especificamente, que “certo papel” é esse que sendo assumidamente exterior *a priori* se interioriza a tal ponto na obra culminando em uma construção estética para Candido? Parece ter sido essa a inquietação de Lukács, trazida por Candido, ao discutir o teatro moderno em 1914: “O elemento histórico-social possui em si mesmo significado para a

estrutura da obra, em que medida? Ou seria o elemento sociológico na forma dramática apenas a possibilidade de realização do valor estético (...) mas não determinante dele?” (CANDIDO,2008,p. 15)

Ao se debruçar sobre essa questão, Candido acredita ter deixado claro que a abordagem atual do ponto de vista sociológico se distancia da realizada “há cinquenta anos” (CANDIDO,2008,p.18), deixando de lado: “as ambiciosas explicações causais de sabor oitocentista” (CANDIDO, 2008, p.18). A ânsia pertinente Candido é “evitar novos dogmatismos” (CANDIDO,2008, p.18) ainda que existam para prevalecer aspectos formais inerentes ao texto; como também, e aí já se questiona a pertinência do anseio, não: “Desprezar as disciplinas independentes como a sociologia da literatura e a história literária sociologicamente orientada” se ele mesmo afirma que tais abordagens vêm revestidas: “frequentemente com a finalidade não-literária” (CANIDO,2008,p.17)

Não seria mais pertinente, tendo como base sua própria afirmação, acolher a literatura no seio dos estudos da linguagem já que: “A questão não é de modo algum de crítico, de historiador, ou de sociólogo a respeito de um determinado fato de linguagem. É, de certo modo, um oco aberto na literatura, um oco onde ela deveria se situar e provavelmente recolher todo o seu ser.” (Foucault,2001)

Procurando, então, compreender a atuação, ou o “certo papel”, do social na composição da obra amparado por um aporte outro que não os estudos que priorizam a linguagem, gerando assim, não uma superação “do velho ponto de vista que explicava a obra por fatores externos” (CANDIDO,2008, p. 18) o autor entende que esse papel se dá justamente por nascer um texto literário da indissolubilidade entre os aspectos que regem o texto e os que regem a sociedade, através de um mecanismo cunhado pelo autor como redução estrutural.

A redução estrutural, por meio dos mecanismos de deslocamento e condensação, permite que conteúdos de palavras ou sílabas sejam transmutados em uma forma estética; fazendo com que a literatura não substitua a realidade, pura e simplesmente; mas traga à tona a questão da representação, da visibilidade de sua criação, sendo um construto social e humano capaz de fechar-se sobre si e, depois, se abrir para o mundo, portando uma interpretação deste.

Assim, a obra capta, mimetiza, dá a ver, ou representa os valores ideológicos vigentes na civilização na qual o escritor está inserido. Esse rearranjo do mundo, feito artisticamente, se desvela na própria estrutura da obra, para a série sócio-histórica. Segundo essa leitura, é quando “**fatores sociais e psíquicos** se alojam na estrutura da obra que podem

ser vistos ao lado dos valores estéticos, ou ainda, constitutivos desses, no mesmo grau de importância, produzindo uma transposição”(CANDIDO, 2008,p.18)

O movimento dessa transposição, feito de maneira indissolúvel, é o ponto no qual se apegamos Candido acreditando não fazer uma leitura puramente sociológica, mas uma: “interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte.” (p.17). Acredita, ainda, não sair do domínio da linguagem em sua leitura:

Quando fazemos uma análise deste tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo”(CANDIDO, 2008, p.17)

Não teria a linguagem recursos próprios que, quando explorados, fomentem a criação do ato literário de modo tal que não opere em função do que está fora e para além da linguagem? Para a desconstrução a linguagem possui tal recurso, realizado a partir do momento em que é indissolúvel duas operações pertencentes ao campo da linguagem: leitura e escritura.

A impossibilidade de desarticulá-las em Derrida se dá por que “o ato que os envolve é o mesmo: puxa-se o mesmo fio”. Partir para a prática da leitura não é um mover-se passivo em direção ao texto, em busca de um significado.

A leitura aqui é, antes, um lançar-se que, se distanciando de um mero ato contemplativo, lança mão de uma postura apenas olhar apenas examinativo e toca o texto. Um toque que não se esquiva do arriscar-se por ser consciente do pré-requisito do jogo: “acrescentar algum novo fio, única chance de entrar no jogo” (DERRIDA, 1997, p. 07).

Esse acrescentar ininterrupto, o qual não se faz em meio a uma: “confusão indiferenciada” (DERRIDA, 1997, p.07), é o mantenedor articulação aqui proposta, motivando uma postura ante o texto literário, um modo de leitura, em que é crucial se atentar aos elementos que possibilitam ao ato de ler e escrever uma indissolubilidade.

Assim, essa leitura, em uma operação textual, se atém aos detalhes que cosam o tecido, aos detalhes que trabalham tentando garantir o todo que se quer coeso. Não basta apenas identificá-los, reconhecê-los. O que importa aqui, garantindo assim a indissolubilidade, é desatá-los, defazê-los, descosê-los para, ao desestabilizar a coesão, não criar apenas um emaranhado desconexo, desfeito; mas viabilizar o acesso ao texto e tocá-lo

ainda que por um mísero fio solto e:” se achar seguindo o fio dado” (Derrida,1997,p. 07), pondo a mão na tessitura e não indissociar, com isso, leitura e escritura.

Dessa forma, do acréscimo aqui proposto tem-se que a leitura do texto literário dá a ler e escrever simultaneamente, uma vez que: “Acrescentar não é aqui senão dar a ler” (Derrida,1997,p. 07) em um só movimento sincronizado de mãos.

Desse movimento, a literatura pode ser lida como um organismo vivo, que, a cada leitura, por ser fundida à escritura de modo indissolúvel, tem sua textura regenerada, reconstituída de modo indefinido e perene. Mantido o acréscimo ao texto, por meio dessa fusão, a costura se mantém e, assim, o ato literário é contínuo.

Esse ato contínuo se dá diante da inviabilidade de, tanto diante da escritura como da leitura, não acolher o plano compositivo da obra literária em uma interação, realizada em profundidade por meio de uma entrega plena e infinda, com o que lhe confere vitalidade: o reverberar contínuo de um traço, de um rastro, que mantém o processo vivo.

O rastro – e, em Derrida, essa incisão possui sempre um cunho violador – de uma notação básica em um certo espaço tornando possível não apenas que haja a escrita, mas também que o ato se materialize enquanto um processo.

O rastro dá essa conotação de processo ao ato literário por, em Derrida, assumir uma dimensão tal que vai além da concepção como elemento primário, é o próprio processo. Em gramatologia, ao de certa forma caracterizar o traço, Derrida coloca que mesmo o rastro não existindo de forma tangível, mesmo nunca sendo um ser-presente, e até mesmo por ser intangível está: “fora de toda plenitude, sua possibilidade é de direito anterior a tudo o que chamamos signo (significado/significante, conteúdo/expressão etc.), conceito ou operação motor ou sensório”. “ (Gramatologia, p. 96-7)

Considerar que rastro - elemento escorregadiço, possuidor de um peculiar dinamismo - permeia e fomenta o processo de escritura sem se pretender origem, sendo parte indispensável do jogo, precedendo os signos e, ainda assim, se configurando como o elemento articulador deles é fundamental para não sair da linguagem enquanto se é investido de uma postura leitora.

Enquanto para a desconstrução a leitura, sempre fundida à escritura, não se desassocia da linguagem é preciso entender porque a leitura, para Candido, não se desassocia da sociedade. Isso se dá por conceber a literatura de modo sistêmico. Nesta perspectiva, o princípio de sistema é fortemente imbricado ao conceito de literatura pelo fato de ele conceber a obra com um “subsistema”, vinculado a um sistema maior – A civilização, a sociedade, o mundo.

Nessa interação sistêmica e dialética, a redução estrutural capta não só os mecanismos sócio-econômicos que regem o sistema maior, mas também as questões vinculadas ao nacionalismo é a formação da nação.

Esses valores são fortemente difundidos não só como se a literatura apreende-se o processo de consolidação da nação, mas de alguma forma, contribuiu para a consolidação de identidades nacionais, na transmissão ideológica de um discurso nacionalista.

Para Candido, a expressão máxima dessa postura se realiza com o Romantismo, período no qual a nação brasileira, em formação, via como uma das condições para sua consolidação ter uma literatura própria, distinta da de Portugal. Ter uma literatura que, de alguma forma evidenciasse que a nação brasileira: “Possui também uma organização política diferente; a literatura é relativa ao meio físico e humano; logo, o Brasil tem uma literatura própria, diferente da de Portugal” (CANDIDO,2998,p.178).

Esta foi (poderíamos dizer) a grande hipótese de trabalho dos românticos que acabam por erigi-la em dogma. Dela proveio muito da teoria e da prática do nosso Romantismo, seja no terreno da criação, seja no da crítica. Era preciso mostrar que tínhamos uma literatura, exprimindo características que se julgavam nacionais; e para lhe dar validade era preciso também provar que o meio já a vinha desliando antes, raças ao poder causal que lhe de atribuíam os pressupostos Românticos. (CANDIDO, 2008, p.178)

Sintetizando, pode-se afirmar que na perspectiva histórico-diacrônica essa associação entre a literatura e a formação de identidades nacionais foi alimentada, sobretudo, por dois aspectos principais:

a) O mecanismo de auto-afirmação constate por parte de uma produção iniciante, que vivia o paradoxo de – ao mesmo tempo – nascer de um modelo alheio e tê-lo como parâmetro estético querendo ser firmar como original, independente;

b) bem como à formação dos Estados-Nações e toda a relevância histórica desse episódio que não deixou de influenciar a produção literária, como a concebe a crítica histórico dialética:

Ser bom literariamente significava ser brasileiro; ser brasileiro significava incluir nas obras o que havia de específico do país, notadamente a paisagem e o aborígine. Por isso o indianismo aparece como um timbre supremo de brasilidade, e a tarefa crítica se orientou desde logo, para a sua busca retrospectiva, procurando sondar o passado para anelar localizar os verdadeiros predecessores, que segundo os românticos

teriam conseguido, graças principalmente ao pitoresco, romper a carapaça da convenção portuguesa (clássica). (CANDIDO, 2008, p.179)

O que estava em voga, então, era a construção de uma tradição, uma tradição: “para os *nouveaux riches* da nacionalidade” (p.179) uma tradição: galharda, heroica, um mito nacional, estava tudo no índio” (p.179) Na voz de Mário da Silva Brito, trazido por Candido.

Acreditando não ser infundado, porém contraditório, (e para ele tinha que ser) tal ímpeto nacionalista assim se posiciona Candido:

Num país sem tradições, é compreensível que se tenha desenvolvido a ânsia de ter raízes, de aprofundar no passado a própria realidade, a fim de demonstrar a mesma dignidade histórica dos velhos países. Nesse afã, os românticos de certo modo compuseram uma literatura para o passado brasileiro, estabelecendo troncos que se pudessem filiar, e com isto, parecer herdeiros de uma tradição respeitável, embora mais nova em relação à européia. E aqui tocam numa contradição, freqüente nos arrivistas e típica dessas gerações, entre o orgulho de ser criador de algo novo e o desejo de ter uma velha prosápia. (CANDIDO, 2008, P.179)

Assim, tradicionalmente há na produção da crítica brasileira uma forte tendência de se considerar o valor histórico nação, sobretudo a que se faz em contexto periférico, em detrimento das considerações requeridas pela própria linguagem, uma vez que a nação periférica pode ser não apenas **interpretada** – abarcando aí as complexidades sócio-econômicas -, mas solidificada pelo ato literário para a série sócio-histórica.

Ao entender a importância dada a essa interpretação chega-se a um ponto muito relevante na discussão aqui proposta. Candido ao não fomentar um diálogo da literatura com sua própria linguagem, da leitura com a própria escrita, acredita que a literatura pode chegar a um significado, que dialoga, no caso, com a interpretação quista – a interpretação do próprio mundo.

Chegar nesse significado é “ir mais fundo” para Candido: A análise crítica, de fato, pretende ir mais fundo, sendo, basicamente **a procura** dos elementos responsáveis pelo aspecto e o **significado** da obra, unificados para formar um todo indissolúvel (...) em que tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra. (CANIDO, 2008,p.15)

Uma vez entendido que a leitura proposta por Candido desvela a sociedade, a nação periférica, ir mais fundo, alcançando, o significado da obra, é ir ao encontro da interpretação dessa sociedade margeada e acessar não os mecanismos da linguagem em si, mas certos

aspectos dessa sociedade que se pretende problematizar, tais como o processo de reificação, a exploração pela mais valia, a sociedade do espetáculo, relação de dominação ideológica, tudo isso sendo transposto para a estrutura do livro.” Sugerida na própria composição do todo pelas partes” (CANDIDO,2008,p.16)

Indispensável é a necessidade de se discutir tais aspectos, isso não está em discussão. O que está em discussão é: até que ponto ir mais fundo é culminar sempre no mesmo resultado – uma interpretação da sociedade? Até que ponto ir mais fundo, dessa forma, não é dogmatizar uma leitura ao induzi-la a um lugar fixo – o significado –, minorando, em nome dessa busca rígida a possibilidade de deixar que o texto fale por si, conduzindo de modo incerto a caminhos diferentes a cada leitura?

Ir mais fundo não poderia ser o permitir-se surpreender com os significados plurais de um mesmo texto a cada nova leitura: “reservando sempre uma surpresa à anatomia da obra ou à fisiologia de uma crítica que acredita dominar o jogo, vigiar de uma só vez todos os fios” (Derrida, 1997, p.07)?”

Ir mais fundo não seria mesmo ir de encontro a essa pretensa noção de alcançar o significado? Para o filósofo da desconstrução é possível ir tão fundo a ponto de nem mesmo vislumbrar um significado fixo, rígido, previsível, centralizado através de um jogo.

E o que possibilita esse jogo derridiano? A ausência de um centro, permitindo não apenas as substituições de signos a partir dessa ausência, como também o abalo de elementos que se querem estáveis tais como origem, presença e o significado transcendental. Nas próprias palavras de Derrida, essa atuação peculiar da linguagem é assim descrita: “Se a totalização não tem sentido, não é porque a infinidade de um campo não possa ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber, uma linguagem e uma linguagem infinita – exclui a totalização”. (DERRIDA, 2008,p.244)

Justamente por estar revestida dessa natureza que não se quer totalizante é que a linguagem se realiza indefinidamente, não nomeando, não atingindo um objeto, um significado. Destituído o centro da função que exercia: "de orientar e equilibrar, organizar a estrutura – “ DERRIDA,2008, P.230) é possível desautomatizar a leitura que converge para um significado transcendental como sendo a origem absoluta do sentido e conduzi-la para sentidos plurais em virtude das infinitas possibilidades de substituições dos signos na estrutura da obra,então, descentralizada, gerando tão infinitas leituras, quanto infinitas são as substituições possíveis.

Tem-se, aí, um fenômeno por demais instigante, pois, é admirável que, mesmo a língua sendo constituída por elementos finitos, é possível à linguagem realizar-se

infinitamente e, em conseqüência, gerar significados igualmente infinitos sem desconsiderar a relevância e as artimanhas da linguagem em uma proposta de leitura, na qual há a quebra da correspondência estabilizada e unívoca entre o significante e o significado.

Essa pluralidade, advinda do jogo de substituições, tem como uma das condições para ocorrer o não escape ao texto, à linguagem, durante a leitura que será conduzida pelo movimento da suplementaridade.

Para Derrida, esse movimento atua uma vez que a ausência de centro será transitoriamente suprida por um signo, que atuará com um suplemento, sem jamais ser ou pretender-se um outro centro, ou um significado estável. Entra no jogo em caráter provisório, agindo numa quase procuração que não se instala em definitivo, exercendo o papel de suplente, sendo tão faltante quando o próprio significado que se quer substituído *ad eternum* para a manutenção do jogo.

Ao lado da pluralidade interpretativa fomentada pelo jogo derridiano, tem-se em Candido o reclame por uma outra pluralidade, também importante. Para o ícone da série sócio-histórica é possível conceber a existência de vários norteadores como fio condutor de uma possibilidade de leitura para além do social. Esse leque de possibilidades fará com que a crítica deixe de ser: “unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística.”(CANDIDO,2008p.17) O que importa é que da escolha de um desses elementos: “e nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência” (CANDIDO,2008p. 17) haja a condução a uma: “interpretação coerente”.

Chegar a uma interpretação – em detrimentos de possíveis e diversificadas interpretações – da realidade, da sociedade, sobretudo por um caminho que não explore os artifícios da própria linguagem, contribui de modo significativo para inserir a literatura – a todo e qualquer custo – em um diálogo com o viés utilitário do mundo, inviabilizando, como bem trouxe Blanchot, que ela se despoje de sua seriedade e seja livre, a partir de seu nada, chegando ao seu tudo.

Esse estado pressupõe que o ato literário esteja indissociado de algo que o direcione para além de seu próprio movimento no intuito vão de justificá-lo. De cobrar dele respostas e aplicabilidade em uma postura castradora como aqui mostrou Siscar.

A leitura aqui proposta do ato literário, que não se faz indissociada da própria escritura, não caminha em direção a um significado ou a uma interpretação do mundo, ela se inscreve no mundo por uma indissolubilidade que inviabiliza um esgotamento por ter atingido um significado ou uma interpretação. Antes possibilita a continuidade da leitura

fundida ao ato da escritura. Uma leitura tão livre quanto a condição da escritura defendida aqui para que seja renovada a cada ato.

Referências Bibliográficas

BLANCHOT, Maurice. **A literatura e o direito à morte**. In: _____. A parte do fogo. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1980

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1972

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995

SISCAR, Marcos. **A experiência do impossível: o problema da responsabilidade política em Jacques Derrida** Rev. Let., São Paulo, v.46, n.1, p.209-229, jan./jun. 2006.